

21 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Moro defende prisões e vê ameaça à magistratura

Juiz critica projeto sobre abuso de autoridade e diz que é preciso aplicar a lei para superar a corrupção

O juiz federal Sérgio Moro defendeu ontem “aplicação vigorosa da lei” para superação da “corrupção sistêmica”. No dia seguinte à prisão do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o magistrado afirmou que as detenções provisórias da Operação Lava Jato são necessárias e “processos não podem ser um faz de conta”. Segundo ele, as críticas às prisões cautelares não encontram eco na análise de casos concretos. “Jamais e em qualquer momento se defendeu qualquer solução extravagante da lei na decretação dessas prisões”, disse a desembargadores e juizes. Moro também atacou projeto do Senado que mu-

“Nós mesmos, magistrados, tivemos nossos períodos em que não acreditávamos na Justiça”

SÉRGIO MORO, JUIZ FEDERAL

da a lei de abuso de autoridade e disse que ele pode ser “um atentado à independência da magistratura”. “Esse projeto representaria uma tentativa de retrocesso no contexto atual.” Para o juiz, “às vezes a Justiça é um labirinto” e “pode ser manipulada para não chegar a bom termo”.



No ataque. Moro falou a desembargadores, magistrados e servidores do Judiciário do Paraná

21 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Lava Jato. Em palestra um dia após a detenção de Cunha, juiz cobra 'aplicação vigorosa' da lei contra 'corrupção sistêmica' e critica projeto que altera lei de abuso de autoridades

Moro defende prisões e vê 'atentado' à magistratura



Palestra. Moro fala a desembargadores, magistrados e servidores do Judiciário do Paraná

CONTINUA

Ricardo Brandt

ENVIADO ESPECIAL / CURITIBA

O juiz federal Sérgio Moro fez ontem uma enfática defesa do funcionamento da Justiça e “aplicação vigorosa da lei” para a superação do que chamou de “corrupção sistêmica” no País. No dia seguinte à prisão preventiva do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Moro afirmou que as detenções provisórias da Operação Lava Jato são necessárias e que “processos não podem ser um faz de conta”.

Segundo ele, as críticas às prisões cautelares não encontram eco na análise de casos concretos. “Jamais e em qualquer momento se defendeu qualquer solução extravagante da lei na decretação dessas prisões preventivas”, disse o magistrado federal em palestra para desembargadores e juízes no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Moro destacou que as ordens de prisão são decretadas sempre com base em seus pressupostos. Neste caso, repetiu argumentos utilizados para autorizar a prisão de Cunha, incluindo o “risco a ordem pública, especialmente vinculado à reiteração delitiva”.

O juiz de Curitiba mandou prender Cunha depois de receber do Supremo Tribunal Federal (STF) ação penal que continha pedido de prisão feito pela Procuradoria-Geral da República. Ele considerou em seu despacho que a “cassação não suprimiu os riscos que ensejam a prisão, até porque o ex-deputado agiu por intermédio de terceiros, inclusive agentes que não são parlamentares”.

“Encruzilhada”. Em uma hora de palestra – cujo tema era “Corrupção sistêmica e Justiça criminal” –, Moro também atacou o projeto no Senado que altera a lei de abuso de autoridade. As discussões da proposta, que tem como relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR) serão retomadas em novembro. O projeto de 2009 foi desengavetado

em junho deste ano pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) – ele e Jucá são investigados na Lava Jato.

A proposta que prevê punição a agentes públicos é alvo de questionamentos da de integrantes de representantes da operação e entidades do Judiciário e do Ministério Público.

Moro disse achar que o Brasil vive uma “encruzilhada”. Segundo ele, as decisões efetivas de enfrentamento à corrupção, até aqui, vieram do Judiciário – citou as mudanças nas regras de financiamento eleitoral e a possibilidade de execução da pena de prisão para réus condenados em segunda instância.

O juiz cobrou ação das demais instituições e manifestou frustração. “Um pouco desanimador é que concomitantemente tramitam no Congresso algumas iniciativas que seguem no sentido oposto”, disse Moro, citando a proposta que reforma a lei de abuso de autoridade.

“É importante que se for realmente se pensar e aprovar esse projeto, que fossem estabelecidas salvaguardas para que ficasse claro que o alvo dessa lei não é a interpretação da magistratura a respeito do que significa o Direito. Do contrário, vai ser um atentado à independência da magistratura”, afirmou Moro.

Moro fez ainda a defesa de outros “dois institutos conturbados”, que têm sido alvo de críticas das defesas dos réus da Lava Jato: a publicidade dos processos e as delações premiadas.

“Uma vez superada a fase de investigação criminal, segredo em processo judicial envolvendo crime de corrupção contra a administração pública é uma afronta brutal à Constituição”, afirmou. “Processos judiciais têm que ser públicos, os julgamentos têm que ser públicos. E o segredo é uma exceção.”

Como costuma acontecer, a palestra de Moro foi bastante concorrida. A fala do magistrado foi marcada pelo tema.

“A condição necessária para superar a corrupção sistêmica é o funcionamento da Justiça. Os processos não podem ser um faz de conta”, disse o juiz federal. “Tem que haver uma aplicação vigorosa da lei nesses casos. Claro que dentro do processo legal, claro que respeitando os direitos fundamentais do acusado, ninguém propõe alguma espécie de solução autoritária, mas é preciso ter vontade nesses processos para que eles cheguem a um bom termo.”

Sem citar nomes, ou casos específicos, Moro afirmou também que quando as pessoas vêem “esquemas de corrupção sistêmica” sem que o problema encontre resposta adequada nas instituições, as “pessoas vão perdendo a fé”. “A democracia e o estado de direito dependem muito de uma questão de fé. Que as pessoas tenham fé que a democracia funcione. E para a democracia funcionar a fé maior é que a lei vale para todos.”

● ‘Salvaguardas’

“É importante que fossem estabelecidas salvaguardas para que ficasse claro que o alvo dessa lei não é a interpretação da magistratura a respeito do que significa o Direito. Do contrário, vai ser um atentado à independência da magistratura.”

Sérgio Moro

JUIZ FEDERAL

21 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Liberdade de imprensa é essencial, diz Cármen Lúcia

Para a presidente do STF, 'todo aquele que se sentir atingido no seu direito terá a garantia de um juiz a lhe atender'

Álvaro Campos

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia, disse ontem que, diante de muitas denúncias de jornalistas sendo ameaçados e até mortos, o Judiciário existe exatamente para garantir a liberdade de imprensa e de expressão. "O STF, como guardião da Constituição, já disse mais de uma vez que a liberdade de imprensa é essencial e que todo aquele que

se sentir atingido no seu direito terá a garantia de um juiz a lhe atender", afirmou.

"É impossível garantir a integralidade, a eficácia, a efetividade – não apenas jurídica, mas social da Constituição – senão com uma imprensa integralmente livre", acrescentou a ministra, que apresentou uma palestra no 10.º Fórum da Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner), em São Paulo.

Cármen Lúcia também comentou que no estado democrático de direito a imprensa tem um papel imprescindível, mas admitiu que a sociedade passa hoje por um momento de grandes transformações, inclusive na forma de expor ideias. Segundo a presidente do Supre-

mo, se na ditadura a censura partia do Estado, hoje ela ocorre de forma horizontal, com uma pessoa censurando seu vizinho.

"As novas tecnologias colocam em xeque como garantir a liberdade de expressão também sob esse âmbito horizontal. Hoje existe um patrulhamento do vizinho com o outro, que se manifesta nas mídias disponíveis, sem que haja um marco normativo para estabelecer a garantia da liberdade de expressão", disse a ministra.

Novo modelo. Por outro lado, para Cármen Lúcia, o advento de novas tecnologias pode ajudar na transição da democracia representativa para a democracia direta. "Agora temos uma praça virtual, podemos ter de novo uma ágora para todos se manifestarem." Ela disse acreditar que, dentro de muito pouco tempo, existirão mecanismos de manifestação que permitirão que parte das atividades do Estado sejam exercidas de maneira direta pela população, com um novo modelo de democracia.

21 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Entidade de juízes pede inquérito contra Gilmar

Frente de magistrados envia documento à PGR após ministro do STF ter dito que categoria faz 'chantagem' a parlamentares com Lei da Ficha Limpa

*Julia Affonso
Mateus Coutinho*

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) protocolou ontem na Procuradoria-Geral da República (PGR) pedido de apuração e "possível abertura de inquérito criminal" contra o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O documento, endereçado ao procurador-geral Rodrigo Janot, solicita uma análise das declarações do ministro durante sessão plenária no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do qual Gilmar é presidente, na terça-feira. A Frentas é integrada por oito entidades e coordenada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Naquela ocasião, Gilmar Mendes afirmou que "promotores e juízes ameaçam parlamentares com a Lei da Ficha Limpa (...) e não querem a Lei de Abuso de Autoridade porque praticam, às escâncaras, o abuso de autoridade. (...) Ao empoderarmos determinadas corporações, estamos dando a eles o poder que eles precisam para fazer esse tipo de chantagem."

A frente de juízes e procuradores alega que as expressões usadas pelo ministro "constituem uma acusação criminosa a promotores e a juízes, o que, evidentemente, merece repulsa".

Generalização. Para os integrantes da Frentas, "se algum magistrado ou membro do Ministério Público praticou a conduta, a denúncia precisa ser feita à Corregedoria e ao órgão competente para apuração da infração disciplinar e penal". "Não é possível aceitar a acusação feita de forma generalizada contra agentes públicos que atuam no combate à corrupção no País", argumenta a entidade.

"Tais acusações, graves e sem demonstração concreta de qualquer caso de 'chantagem', o que serviria apenas para desqualificar o Ministério Público e a magistratura, precisam ser examinadas sob a ótica da Lei Penal e da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e, porque não parece possível admitir que sejam perpetradas sem que se dê qualquer consequência, diante de um fato de tamanha gravidade", diz trecho do documento.

O Estado entrou em contato com a assessoria de Gilmar, mas até a conclusão desta edição o ministro não se manifestou.

21 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

STF nega último recurso contra impeachment

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem o último recurso da defesa da presidente cassada Dilma Rousseff pedindo a anulação do impeachment. No despacho, o ministro rejeitou a medida liminar, deixando para depois a decisão do plenário da Corte, que ainda pode debater o mérito do mandado apresentado pela defesa da petista.

O documento, protocolado no último dia 30, questionava a falta de motivos jurídicos para o afastamento da petista. Na peça, o advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, pedia que até que o recurso seja julgado em definitivo, fosse concedida uma sentença provisória para que Dilma voltasse à Presidência ou que, pelo menos, o atual presidente Michel Temer volte à condição de interinidade.

Em nota, o ex-ministro da Justiça afirmou que a decisão de Teori “não implicou na tomada de qualquer posicionamento sobre o mérito da discussão proposta na ação” e que a defesa ainda aguardará a decisão final da Corte. Para Cardozo, a ação deve ser analisada com a “maior brevidade possível”.

‘Atípica’. Segundo Teori, entre todas as ações ajuizadas contra o processo de impeachment pela defesa de Dilma, a última foi “a mais atípica e complexa de todas”, tanto pela extensão (o documento possui quase 500 páginas), quanto pelo conteúdo das teses apresentadas, como pelo resultado que ela se propõe a obter, com a decretação de nulidade de uma decisão tomada pela maioria dos senadores.

Durante todo o processo de impeachment, os ministros do STF sinalizaram que não estavam dispostos a discutir o mérito da acusação contra Dilma. Na peça, porém, a defesa ressaltou que não era essa a intenção do pedido, pois isso seria uma “grave violação ao princípio da separação do Poderes”. O pedido de anulação, segundo Cardozo, era devido ao impeachment supostamente não ter atendido pressupostos constitucionais.

Teori também avaliou que uma intervenção judicial para anular o impeachment agora provocaria “avassaladoras consequências” no ambiente institucional do País. “Seriam também enormes as implicações para a credibilidade das instituições brasileiras no cenário mundial promover, mais uma vez – e agora por via judicial – alteração substantiva e brusca no comando da Nação”, disse o ministro. /

JULIA LINDNER e CARLA ARAÚJO

21 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO

Por 'prudência', juiz mantém empreiteiro na prisão da PF

Ao negar transferência de Léo Pinheiro, Moro alerta para o 'potencial' de eventual delação do ex-presidente da OAS

CURITIBA

O juiz Sérgio Moro decidiu manter o empreiteiro José Adelmário Pinheiro, o Léo Pinheiro, ex-presidente da OAS, na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, base da Operação Lava Jato. Moro acolheu pedido dos advogados de Léo Pinheiro e apontou o "potencial" e a "extensão" das informações que ele poderá revelar em um eventual acordo de colaboração premiada.

A decisão de Moro contraria a PF e a força-tarefa do Ministério Público Federal, que se manifestaram pela transferência do empreiteiro para o Complexo Médico-Penal de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba, onde está a maioria dos alvos da Operação Lava Jato.

Moro adotou o argumento da "prudência" para manter o empresário na prisão da PF. "Em que pesem os requerimentos da autoridade policial e a posição do Ministério Público, as divulgações, fundadas ou não, da possibilidade de José Adelmário Pinheiro Filho vir a celebrar acordo de colaboração premiada, aliada ao potencial e à extensão das informações que reuniria, recomenda prudência e, por conseguinte, a manutenção dele, no presente momento e para segurança dele, na carceragem da Polícia Federal."

A defesa do executivo, a cargo do criminalista José Luís Oliveira Lima, argumentou que Léo Pinheiro e a OAS "possuem

intenção de colaborar com as investigações". A defesa afirmou que "o acusado prestará novos depoimentos, bem como apresentará novas provas" e que, por isso, "seria recomendável a sua manutenção na carceragem da Superintendência Regional da PF no Paraná, inclusive para acautelar eventual risco a sua integridade física".

A Procuradoria da República refutou as alegações da defesa e sustentou que "não existe acordo de colaboração celebrado, tampouco negociações em curso". Ainda segundo os procuradores da força-tarefa, "há colaboradores no Complexo Médico-Penal e não foram noticiados supostos riscos à integridade destes acusados".

Outros. O empreiteiro está preso desde setembro. Na carceragem estão outros alvos da Lava Jato, como o empreiteiro Marcelo Odebrecht, o doleiro Alberto Youssef, o ex-ministro Antonio Palocci e, agora, o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

Condenado a 16 anos e quatro meses de reclusão por corrupção ativa, lavagem de dinheiro e organização criminosa, Léo Pinheiro é réu em outra ação penal, ao lado do ex-senador Gim Argello (PTB-DF), por pagamentos para breçar CPIs.

O juiz da Lava Jato determinou que o "problema de espaço (na custódia da PF) terá que ser resolvido com a transferência de outros presos". /R.B.

21 OUT 2016

O ESTADO DE S. PAULO



» SINAIS PARTICULARES. Eduardo Cunha, deputado cassado e preso na Lava Jato

21 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Processos não podem ser 'faz de conta', diz juiz Moro

Para magistrado, 'corrupção sistêmica' faz
com que prisões sejam necessárias



Juiz Sergio Moro dá palestra para colegas em Curitiba (PR)

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

21 OUT 2016

Declarações de juiz foram dadas um dia após a prisão do ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB)

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Em palestra a juizes e servidores da Justiça do Paraná, o juiz federal Sergio Moro, responsável pela Operação Lava Jato, voltou a afirmar nesta quinta-feira (20) que há um quadro de “corrupção sistêmica” no Brasil, e defendeu, nesses casos, a “aplicação vigorosa da lei”. “Nossos processos não podem ser um faz de conta”, afirmou o magistrado.

No dia seguinte à ação contra o ex-deputado federal Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Moro voltou a defender as prisões preventivas da Lava Jato, criticadas por parte do meio jurídico como uma forma de pressionar acusados a fecharem acordos de delação.

A palestra estava agendada havia mais de um mês e seu tema, proposto pelo próprio Moro, foi “Corrupção sistêmica e Justiça criminal”.

O juiz afirmou que as prisões são necessárias especialmente em casos de prática “serial, profissional e reiterada” de crimes contra a administração pública —exatamente as expressões utilizadas para justificar a prisão de Cunha, nesta quarta-feira (19)

“Quando a regra do jogo é a corrupção, não admitir o risco de reiteração criminosa me parece incorreto”, afirmou o juiz.

O magistrado ainda disse que o Brasil está “numa encruzilhada” no combate à

corrupção e pediu que os juizes presentes tivessem consciência de seu papel neste momento.

“Que tenhamos sensibilidade para as necessidades do contexto. E isso significa, a meu ver, uma aplicação rigorosa da lei em relação à corrupção sistêmica.”

Moro ainda criticou o “generoso sistema de recursos” do sistema judicial brasileiro, que fez com que “muitos casos relevantes se transformassem em pó”. Por isso, pediu uma atuação mais vigorosa dos juizes.

“Ninguém está propondo uma espécie de solução autoritária. Claro que tudo deve ser dentro do devido processo e respeitando os direitos fundamentais do acusado”, afirmou.

“Mas é preciso ter vontade para que os processos cheguem a um bom termo, porque a Justiça, às vezes, é um labirinto.”

Moro fez a palestra a convite do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Paulo Roberto Vasconcelos.

O desembargador elogiou Moro e disse que os servidores do tribunal estão “emocionados com suas atitudes” nos últimos anos.

21 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Cunha contrata advogado especializado em delações

Marlus Oliveira, no entanto, diz que revelações 'não estão no horizonte'

Ex-deputado passou a primeira noite na carceragem de Curitiba; após exames, disse que sua prisão é 'absurda'

DO ENVIADO ESPECIAL A CURITIBA DE CURITIBA

Foi feita em tom baixo a primeira declaração pública do ex-deputado Eduardo Cunha após sua prisão: "É uma decisão absurda".

A frase foi pronunciada na saída do IML (Instituto Médico Legal) de Curitiba (PR), diante de um batalhão de repórteres.

Preso há um dia pela Operação Lava Jato, Cunha passou o primeiro dia no cárcere entre reuniões com advogados e a leitura do pedido de prisão, que o acusa de tentar obstruir a investigação e intimidar testemunhas.

Um de seus primeiros pedidos aos advogados foi uma cópia do processo.

Ele vem estudando ponto a ponto os argumentos do Ministério Público Federal, faz anotações e sublinha os trechos que considera mais frágeis, repetindo que "não há fatos novos".

Os relatos da carceragem são que o ex-deputado mantém uma atitude quase impassível: não sua, não treme e não demonstra nervosismo, permanecendo calmo.

Em Curitiba, Cunha contratou o escritório do advogado Marlus Arns de Oliveira, que fez as delações premiadas dos executivos da Camargo Corrêa, Dalton Avancini e Eduardo Leite, e do empresário João Bernardi Filho.

O defensor diz que a delação "não está no horizonte", e que é preciso estudar o processo. O escritório também integra a defesa da mulher de Cunha, a jornalista Cláudia Cruz, que responde ação por corrupção na Lava Jato.

Os advogados do ex-deputado devem entrar com um pedido de habeas corpus no TRF (Tribunal Regional Federal) pedindo a sua soltura.

"Vamos discutir a competência da Justiça Federal, porque é um processo que já estava em trâmite no STF, e se estão presentes os requisitos da preventiva", disse Arns.

Para ele, não há motivos para a prisão. "Se não tem fato criminoso, não precisa prender preventivamente."

CUNHA NA PRISÃO

Na primeira noite na carceragem da PF em Curitiba, Cunha não fez nenhum pedido especial de alimentação e comeu a mesma refeição servida aos outros presos: arroz, feijão e frango.

No dia seguinte, recebeu dos advogados materiais como papel higiênico e alimentos, entre eles macarrão instantâneo do tipo cup noodles e Coca-Cola.

Cunha está em celas diferentes, mas na mesma ala do ex-ministro Antonio Palocci, preso na semana passada.

Os outros presos da Lava Jato, como o doleiro Albertô Youssef, o empresário Marcelo Odebrecht e o ex-diretor da Petrobras Renato Duque, ficam na outra ala.

A chegada do ex-deputado aumentou a tensão dentro da carceragem. A administração já começou a quebrar a cabeça, por exemplo, para fazer uma escala de banho de sol, de modo que Cunha não cruze com presos da Lava Jato.

O temor é que um eventual acordo de delação do ex-deputado atinja outros presos.

CONTINUA

21 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O clima já era tenso antes de Cunha chegar: João Genu, ex-assessor do deputado José Janene, não pode encontrar Youssef nos corredores.

Ele virou inimigo do doleiro antes da Lava Jato explodir. Reclamava que, depois da morte de Janene, Youssef não repassava dinheiro do esquema. Com a operação em curso, Youssef o delatou.

A tentativa de suicídio de Branislav Kontic, ex-assessor de Palocci, no início do mês, deixou a atmosfera pior.

Socorrido, Brani está preso no Complexo Médico Penal. Depois do episódio, a vigilância ficou mais rígida.

(WÁLTER NUNES E ESTELITA HASS CARAZZAI)

Policiais usam máscara após 'Lenhador da PF'

DE CURITIBA

Agentes da PF receberam a orientação de ir mascarados à escolta do ex-deputado Eduardo Cunha nesta quinta (20), no IML (Instituto Médico Legal).

Segundo a **Folha** apurou, a orientação foi para "evitar exposição" — tal como a do agente que foi apelidado em redes sociais como "Lenhador da PF" e atuou na prisão de Cunha, em Brasília,

no dia anterior.

A assessoria da PF nega e diz que é prerrogativa dos policiais usarem ou não a balaclava, como ocorreu em operações anteriores.

Muitos agentes preferem vestir a máscara porque precisam do anonimato, por trabalharem infiltrados ou em regiões de conflito.

Antes do caso do "Lenhador", outro policial federal havia ganho notoriedade com a exposição em escoltas da Operação Lava Jato.

Newton Ishii, conhecido como "Japonês da Federal", virou tema de uma marchinha de Carnaval e foi lembrado em protestos.

CONTINUA

21 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

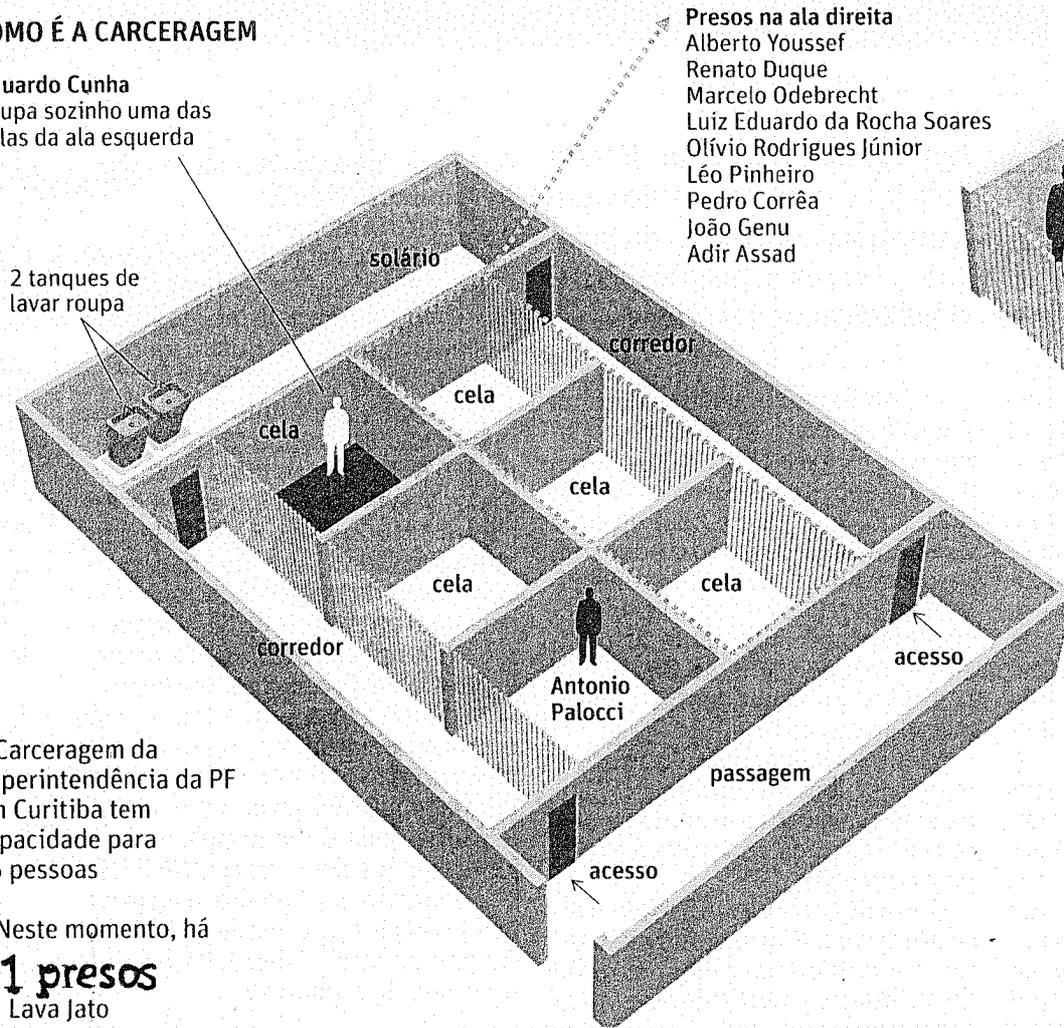
CONTINUAÇÃO

ONDE CUNHA ESTÁ PRESO

Ex-deputado está em carceragem da PF em Curitiba

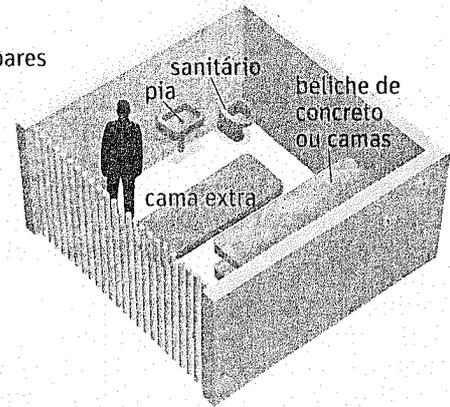
COMO É A CARCERAGEM

Eduardo Cunha ocupa sozinho uma das celas da ala esquerda



Presos na ala direita
Alberto Youssef
Renato Duque
Marcelo Odebrecht
Luiz Eduardo da Rocha Soares
Olívio Rodrigues Júnior
Léo Pinheiro
Pedro Corrêa
João Genu
Adir Assad

COMO É A CELA



> Carceragem da Superintendência da PF em Curitiba tem capacidade para 16 pessoas

> Neste momento, há **11 presos** da Lava Jato

TOTAL DE CELAS **6**

> Algumas com beliche de concreto, outras com camas.
> Não há chuveiro nas celas, apenas sanitário e pia. O banho ocorre fora das celas

JOSÉ SIMÃO

Cunha foi preso! Faltam Lula, Aécio, Renan, Jucá e etc.! Organizando direitinho, todo mundo dança!

21 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Guerrilha de abstrações

SÃO PAULO - Um raciocínio comum entre autores filopetistas bastante presente nos jornais desta quinta (20) assegura que o juiz Sergio Moro só mandou Eduardo Cunha para a cadeia como forma de vacinar-se contra a crítica de que suas decisões têm viés antipetista, o que tornaria mais fácil decretar em breve a prisão preventiva de Lula, seu real desígnio.

É uma hipótese interessante. Ela nos lança no terreno dos sistemas intencionais. Seres humanos e boa parte dos animais navegamos no mundo através de nossas intenções, isto é, dos desejos e das crenças que mantemos em relação às coisas. Quando tal relação é direta, diz-se que as intenções são de primeira ordem.

Esse, porém, é só o começo da história. Também temos desejos e crenças em relação a desejos e crenças, tanto os nossos próprios como os de outros agentes. Quando eu suponho que uma outra pessoa quer algo, manifesto uma intenção de segunda ordem. Fazê-lo estaria ao alcance apenas de humanos e de alguns animais de maior capacidade cognitiva.

E a coisa continua. Um exemplo de intenção de terceira ordem é a capacidade de querer que outra pessoa acredite que você quer algo. É nesse nível que estaria a imputação de que Moro só prendeu Cunha como preparação para prender Lula. Mas não existem limites para a sofisticação das intencionalidades. No quarto grau estaria, por exemplo, a capacidade de fazer outra pessoa acreditar que você quer que ela acredite que você acredita em algo. Pensar daqui em diante seria uma competência exclusivamente humana.

Para o filósofo Daniel Dennett, um dos principais proponentes da teoria dos sistemas intencionais, essa escalada no nível de abstração está na base da consciência. É claro que também podemos percorrer o caminho inverso e, num nível mais chão, perguntar se Moro, ao agir de modo a parecer imparcial, não acaba sendo efetivamente imparcial, que é no fundo o que se espera de um magistrado.

21 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Cratera na Justiça

Noção de que a impunidade impera ganha força quando julgamentos de tragédias como a do metrô terminam sem responsabilizar ninguém

A Justiça estadual paulista chegou, não pela primeira vez, a uma decisão a um só tempo tardia e falha: quase dez anos depois, inocentou todos os 14 acusados pela morte de sete pessoas na cratera que se abriu durante obras da linha 4-amarela do metrô.

Em sua sentença, a juíza Aparecida Angélica Correia, da 1ª Vara Criminal de São Paulo, afirmou não ter ficado demonstrado nos autos que os técnicos do consórcio construtor e do metrô tivessem meios de evitar o desastre —e nada impede que ela tenha razão.

“Cabe ao Poder Judiciário analisar a questão de maneira isenta, sem influenciar-se pelo clamor popular, mas tão somente com base nas provas colhidas”, escreveu.

Difícil discordar desse raciocínio abstrato, sobretudo pela complexidade dos eventos, com várias causas a concorrer para o resultado. Mais difícil ainda, contudo, é aceitar a conclusão de que ninguém deve responder por uma tragédia com características bem concretas.

O desabamento que resultou num buraco de 80 metros ocorreu precisamente no local onde se faziam escavações de uma estação de metrô. Se as equipes que acompanhavam a execução da obra não apontaram a possibilidade do acidente, alguém falhou —por negligência, imprudência ou imperícia—, pois acidente houve.

A sentença em primeira instância, da qual o Ministério Público recorrerá ao Tribunal de Justiça, é de todo modo apenas mais um capítulo de um processo que já começou provocando desconfiança.

A despeito das dimensões da empreitada e da tragédia, as cúpulas das construtoras e da estatal nem constaram da lista de réus na ação penal, que mirou basicamente funcionários de médio e baixo escalão.

Agora, segundo esta **Folha** noticiou, há motivos para elevar as conjecturas à categoria de grave suspeita. Documentos apreendidos pela Polícia Federal sugerem que as empresas envolvidas nas obras da linha 4 pagaram propina ao Ministério Público —não há menção a um promotor em particular.

Os primeiros indícios surgiram ainda em 2009, durante a Operação Castelo de Areia (cujas apurações foram anuladas). Mais recentemente, material colhido pela Lava Jato reforçou a suspeição. Os valores citados superam R\$ 3 milhões e estão associados às investigações do desastre na linha 4.

O fato de as obras serem de responsabilidade de um consórcio liderado pela Odebrecht e integrado por OAS, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez amplia a verossimilhança da suspeita.

Dadas as circunstâncias, a Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo determinou a abertura de um inquérito. Não se poderia esperar outra coisa, mas ainda será preciso muito mais para cobrir a cratera que se abriu entre a expectativa de justiça que a sociedade nutre e a capacidade do aparato judicial de dar uma resposta efetiva.

21 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ministra critica difusão de boatos na internet

É possível 'colocar meio mundo a favor' de algo que não aconteceu, diz Cármen Lúcia

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, alertou nesta quinta-feira (20) para os perigos da propagação de informações mentirosas na internet e disse que a imprensa tem "marco normativo e ético" que garante a veiculação de informações centradas em fatos comprováveis.

"Você pode hoje construir uma notícia, uma narrativa, dotá-la de perfeita coerência, espalhar pelas redes sociais, colocar meio mundo a favor daquilo, simplesmente sem que aquilo tenha acontecido", disse.

A declaração ocorreu durante palestra na Aner (Associação Nacional de Editores de Revistas), em São Paulo, em que a ministra falou de como mudanças tecnológicas afetam o Judiciário e o trabalho da imprensa.

"A imprensa tinha marco normativo e, principalmente, tinha marco ético dentro do qual ela circulava. E portanto a liberdade de expressão, a liberdade de informação [...] tinham um embasamento centrado em fatos que podiam ser comprovados."

Ela defendeu também que a existência de uma imprensa livre é indispensável para a garantia de direitos.

"É impossível garantir a integridade, a higidez, a eficácia, a efetividade, não apenas jurídica, mas a efetividade social, que todo mundo cumpra a Constituição e tenha nela a garantia dos seus direitos, senão com uma imprensa integralmente livre com todo mundo podendo se expressar, ainda que seja contra mim", afirmou.

"E olha que leio coisas sobre essa ministra Cármen Lúcia que até eu fico contra", brincou. "Mas a mesma imprensa que critica é a que me faz pensar e a imprensa que me defende."

Zavascki nega pedido para anular impeachment

Liminar foi pedida por defesa de Dilma

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Teori Zavascki negou nesta quinta (20) o pedido de liminar da ex-presidente Dilma Rousseff para anular o processo de impeachment no Senado.

Se houver recurso, o mérito do pedido ainda pode ser analisado no futuro pelo plenário do tribunal.

Relator do caso no Supremo, Teori argumentou que uma decisão imediata só seria justificável se houvesse uma indiscutível ameaça às instituições brasileiras, o que, na avaliação do ministro, não ocorre.

Em seu despacho, o ministro aborda também os impactos de uma eventual anulação do afastamento de Dilma. Ele diz que o país vive um momento "dramático".

"É preciso considerar que [...] dúvidas não há sobre as avassaladoras consequências que uma intervenção judicial volúvel poderia gerar no ambiente institucional do país, que atravessa momentos já tão dramáticos do seu destino coletivo. (GABRIEL MASCARENHAS)

21 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende regra que eleva taxa para o Uber

DE SÃO PAULO - A Justiça suspendeu nesta quarta (19) medida da gestão Fernando Haddad (PT) de aumentar o valor por quilômetro rodado de empresas de aplicativos como o Uber.

A proposta aumenta a taxa de acordo com o número de carros nas ruas e o quanto eles andam. As empresas pagariam R\$ 0,10 por quilômetro apenas até 7.541,67 km rodados numa hora. Acima disso, o valor sobe progressivamente até R\$ 0,40.

Para o Tribunal de Justiça de SP, a medida vai contra o princípio constitucional da livre concorrência. A prefeitura diz que irá recorrer para esclarecer que a variação é uma “forma legal e eficaz para regular o uso do viário na cidade”.

21 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Moro diz que ações não podem ser 'faz de conta'

Tribunal de Justiça do Paraná

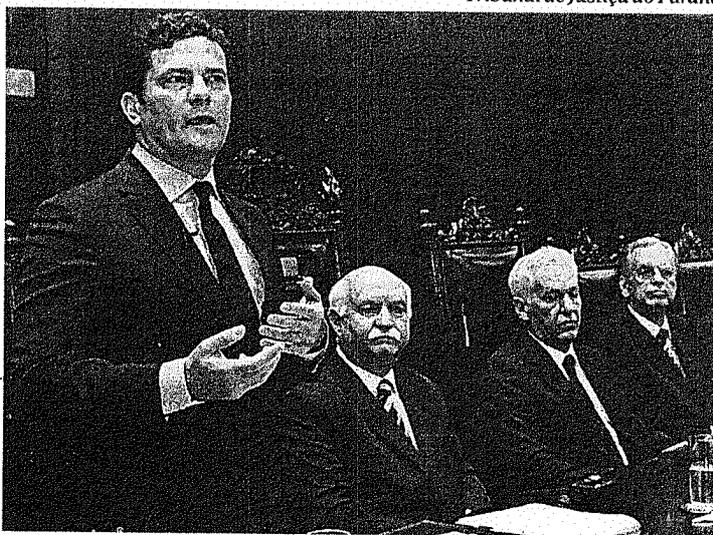
Um dia após determinar a prisão de Cunha, juiz defende "a aplicação vigorosa da lei", assim como as prisões preventivas

CURITIBA
Agência O Globo

● Em palestra ontem a juízes e servidores da Justiça do Paraná, o juiz Sergio Moro, responsável por julgar os casos da Operação Lava Jato, disse que, para combater a corrupção no Brasil, os processos "não podem ser um faz de conta", e defendeu "a aplicação vigorosa da lei", assim como as prisões preventivas.

Um dia após determinar a prisão do deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Moro afirmou que as investigações mostraram um quadro de "corrupção sistêmica" na Petrobras, que pode ter se alastrado para toda a administração pública.

Além de penas duras, o juiz defendeu mudanças nas regras para combater a corrupção e citou, como exemplo, duas medidas tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF): a proibição de doações de empresas a campanhas políticas e a autorização para que o cumprimento de pena



“As prisões, em todos os casos, envolvem risco de reiteração criminosa, comportamento serial da prática de crimes, prática profissional da lavagem de dinheiro. É diferente de um indivíduo que se envolve de forma infeliz no crime.”

Sergio Moro, juiz responsável pela Lava Jato na 1ª instância.

comece a partir da condenação em segunda instância.

Moro citou experiências de combate à corrupção nos Estados Unidos, durante o governo de Theodore Roosevelt (1900-1903), e na Itália, na Operação Mãos Limpas, nos anos 1990.

“Essas experiências, comparadas, fornecem o norte do que deve ser feito. A condição necessária para superar a corrupção sistêmica é o funcionamento da Justiça. Nossos processos não podem ser um

faz de conta. Tem que haver uma aplicação vigorosa da lei, claro que respeitando direitos fundamentais do acusado. A Justiça, às vezes, é um labirinto e pode ser manipulada para que não chegue a um bom termo.”

Nas palavras de Moro, em um ambiente de corrupção sistêmica, se o governo dá uma resposta inadequada, as pessoas “vão perdendo a fé” na Justiça. Para ele, o Brasil se encontra “numa encruzilhada”.

21 OUT 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Depois de mandar prender Cunha, Moro ouve Bocelli

O juiz Sergio Moro e sua mulher, Rosângela Moro, estavam na plateia do show de Andrea Bocelli, anteontem, na Arena da Baixada. Logo após a execução do Hino Nacional, alguns espectadores gritaram seu nome. O casal não quis ficar num dos camarotes do estádio e preferiu ocupar duas cadeiras normais. Foi um momento de relax para Moro, que horas antes havia decretado a prisão do ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Dura lex, sed lex

E ontem de manhã Moro deu uma palestra aos desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná sobre Corrupção Sistêmica e Justiça Criminal. Ele disse que a Operação Lava Jato começou pequena e foi crescendo a partir de investigações, até chegar ao esquema considerado "corrupção sistêmica na Petrobras", que representa em perdas, ao Brasil, um valor aproximado de R\$ 6 bilhões. "Isso sem falar nas perdas indiretas, como o afastamento de possíveis investidores e a ameaça à democracia, uma vez que gera descrédito popular na lei. Estamos fazendo a nossa parte, com a aplicação rigorosa da lei", afirmou.

A bolinha da vez

Mas a citação que mais chamou a atenção de alguns dos presentes foi quando ele comparou a situação atual do Brasil a uma cena do filme *Match Point*, de Woody Allen, em que uma bolinha de tênis fica parada em cima da rede, oscilando entre um lado e outro. "Esperamos que aquela bolinha caia para o lado certo", disse.

21 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Governo Richa aceita retirar emenda que adia reajuste salarial se greve acabar

Acordo estipula negociação até 30 de novembro e retomada do projeto caso não se encontre uma solução para pagar a data-base em janeiro

Antoniele Luciano, especial para a Gazeta do Povo, e Euclides Lucas Garcia

Pressionado por uma greve que paralisa serviços em escolas, universidades e delegacias de polícia do Paraná, o governo do estado se comprometeu a retirar a emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017 que adia a data-base do funcionalismo estadual — mas desde que as paralisações sejam encerradas.

A retirada é temporária e vale até 30 de novembro — prazo que o Executivo e as categorias afetadas terão para tentar encontrar uma solução que garanta o pagamento do reajuste salarial ao funcionalismo em janeiro. Os sindicatos ficaram de avaliar a proposta e declararam que irão convocar assembleias para amanhã.

O anúncio foi feito ontem à tarde, depois de uma reunião no Palácio Iguazu entre sindicalistas, o chefe da Casa Civil, Valdir Rossoni, e o deputado estadual Luiz Claudio Romanelli (PSB), líder do governo na Assembleia. O governador Beto Richa (PSDB) não participou da rodada. No encontro, Rossoni ressaltou que, até a

definição do acordo definitivo, o governo “poderá tomar medidas para manter o equilíbrio financeiro do Estado”.

A flexibilização da postura do governo — que antes se mantinha intransigente quanto à decisão de manter a suspensão da data-base — foi sinalizada na última quarta-feira, após um primeiro encontro com servidores para debater o orçamento do estado para 2017.

Segundo Rossoni, se nenhuma solução for encontrada até 30 de novembro, o projeto que suspende a data-base poderá ser reenviado à Assembleia nos mesmos termos do texto atual. “Há possibilidade de tudo — possibilidade de construirmos uma emenda em conjunto com os sindicatos e possibilidade de não haver entendimento e o governo voltar a enviar a mesma emenda para a Assembleia”, disse.

O chefe da Casa Civil salientou que, tão logo a decisão dos sindicatos a favor do acordo proposto seja anunciada, será dado o encaminhamento para a retirada do projeto. O governo espera uma resposta dos sindicalistas na próxima segunda-feira.

Romanelli admitiu que o governo deveria ter enviado a emenda à Assembleia somente após um processo de diálogo com os servidores, mas enfatizou que, agora, o rumo do impasse depende das categorias. “São os servidores que decidem o futuro da negociação.”

POLICIAIS IGNORAM PROPOSTA

Em greve desde a última segunda-feira, os policiais civis do Paraná anunciaram que não voltarão ao trabalho, mesmo com a proposta do governo que tem como condicionante o fim dos movimentos grevistas. O Sindicato das Classes Policiais Civis (Sinclapol) adiantou que a categoria não retornará ao trabalho até que os seus pleitos específicos sejam atendidos pelo governo. Representantes da entidade nem sequer compareceram à reunião de ontem no Palácio Iguazu. “Dissídio é obrigação. Quando nos chamarem para debater os pleitos da nossa categoria, que eles já conhecem muito bem, aí a gente pensa se chama uma assembleia”, disse o presidente do Sinclapol, André Gutierrez.

CONTINUA

21 OUT 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ASSEMBLEIAS Sindicalistas festejam abertura de diálogo e prometem levar proposta às categorias

● A coordenadora do Fórum das Entidades Sindicais do Paraná (FES), Marlei Fernandes, comentou que a proposta do governo contempla, em parte, uma das reivindicações do movimento: a abertura de diálogo.

Ela salientou que os sindicatos têm conhecimento da condição financeira do estado e que manter a data-base dos servidores “não é um sacrifício para a população do Paraná”. “O mais importante é que possamos debater todas as condições financeiras na perspectiva que o governo apresenta, mas também na perspectiva que nós, servidores, também temos apresentado”, afirmou.

Defesa da data-base

O presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, declarou que a possibilidade de suspensão ou continuidade da greve dos professores será levada à assembleia estadual da categoria. Caso haja decisão de aceitar a proposta do governo, ele disse que o professorado continuará a defender a manutenção da data-base.

Paraná recebe aval para novos empréstimos

| Da Redação, com agências

● O estado do Paraná melhorou seu desempenho fiscal em 2015 e com isso conseguiu aval do Tesouro Nacional para realizar novas operações de créditos. A informação consta do Boletim das Finanças Públicas, divulgado ontem pelo Ministério da Fazenda.

Apenas três estados — Alagoas, Mato Grosso do Sul e Paraná — melhoraram o desempenho fiscal. E somente o Paraná aumentou sua classificação a ponto de se qualificar para o aval do Tesouro. A nota do estado subiu de C+ para B-.

O endividamento do Paraná chegou a R\$ 18,4 bilhões em 2015, segundo o boletim, mas a proporção em relação à receita vem caindo ao longo dos anos. Em 2012, a relação dívida corrente líquida e receita corrente líquida era de 0,60. Em 2015, caiu para 0,49.

O boletim destaca ainda o superávit de R\$ 1,7 bilhão conquistado pelo Paraná em 2015, que foi facilitado pelas regras aprovadas pela Assembleia Legislativa que permitiram ao Paraná usar recursos do Fundo Previdenciário para pagar aposentados.

21 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Janot acusa Collor por 30 crimes de corrupção

STF derruba sigilo de denúncia criminal contra senador alagoano por propinas na BR Distribuidora feita em agosto de 2015

SÃO PAULO E BRASÍLIA
Estadão Conteúdo

■ O ex-presidente Fernando Collor de Melo (PTC-AL) é acusado pela Procuradoria-Geral da República de ter recebido ao menos R\$ 29 milhões em propinas entre 2010 e 2014 referentes a dois contratos da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras que, segundo revelaram as investigações da Lava Jato, também teria sido palco de um esquema de corrupção e loteamento de cargos políticos de maneira similar ao que ocorreu na estatal petrolífera.

A acusação faz parte da denúncia contra o senador que foi oferecida ao Supremo Tribunal Federal (STF) em agosto de 2015, e aditada em março deste ano, e estava sob sigilo até agora. O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato na Corte, levantou o segredo dos autos. O senador responde por corrupção passiva (30 vezes), lavagem de dinheiro (376 vezes) e peculato (48 vezes).

Segundo a acusação, as propinas estariam relacionadas a um contrato da BR de troca de bandeira de postos de combustível com

a empresa Derivados do Brasil (DVBR), e a um contrato de construção de bases de distribuição de combustíveis firmados entre a BR Distribuidora e a UTC Engenharia.

A denúncia, de 18 de agosto de 2015, subscrita pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, informa a existência de uma "organização criminosa relacionada à BR Distribuidora, voltada principalmente ao desvio de recursos públicos em proveito particular, à corrupção de agentes públicos e à lavagem de dinheiro". Isso teria ocorrido devido a influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) sobre a empresa, diz a Procuradoria. Collor foi eleito senador pelo PTB, mas se desfilou do partido durante o processo de impeachment.

Também foram denunciados pela PGR a esposa de Collor, Caroline Serejo Me-deiros Collor de Melo, e mais sete pessoas ligadas ao senador, todas pelo crime de organização criminosa.

21 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Teori nega mais um pedido de Dilma para anular impeachment

● O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem o último recurso da defesa da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) pedindo a anulação do impeachment. No despacho, o ministro rejeitou a medida liminar, deixando para depois da decisão do plenário da Corte, que ainda pode debater o mérito do mandado apresentado pela defesa da petista.

O documento, protocolado no último dia 30, questionava a falta de motivos jurídicos para o afastamento da petista. Na peça, o advogado de Dilma, José Eduardo Cardozo, pedia que, até que o recurso seja julgado em definitivo, fosse concedida uma sentença provisória para que Dilma voltasse à Presidência ou que, pelo menos, o atual presidente Michel Temer (PMDB) volte à condição de interinidade.

Análise

Segundo Teori, entre todas as ações ajuizadas contra o processo de impeachment pela defesa de Dilma, a última foi "a mais atípica e complexa de todas", tanto pela extensão (o documento possui quase 500 páginas) quanto pelo conteúdo das teses apresentadas, como pelo resultado que ela se propõe a obter, com a decretação de nulidade de uma decisão tomada pela maioria dos senadores.

21 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Tribunal libera cobrança de multa por farol baixo apagado em rodovias

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo

● O Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1), que atende ao Distrito Federal e outros 13 Estados do Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, liberou a cobrança de multa aos motoristas de carro que trafegarem por rodovias com o farol baixo apagado. A decisão foi proferida pelo desembargador federal Carlos Moreira Alves.

A lei inicial, que entrou em vigor em 8 de julho deste ano, havia sido suspensa por decisão da Justiça Federal de Brasília em 2 de setembro, após ação civil da Associação Nacional de Proteção Mútua aos Proprietários de Veículos Automotores (ADPVAT). A entidade propôs a interrupção na aplicação das penalidades por falta de sinalização nas rodovias, o que poderia confundir os motoristas. A multa para o descumprimento dessa regra é R\$ 83,15, com a perda de quatro pontos na carteira de habilitação (CNH).

No entanto, o desembargador declarou que isso não impede que multas sejam infligidas “nas rodovias que possuem sinalização e que as indiquem como tais como as sinalizadas com placas características de identificação de se tratar de rodovia”. Sendo assim, as penalidades não poderão ser aplicadas em vias que não tiverem placas de indicação adequadas.

Segurança

A finalidade da lei, segundo o Ministério das Cidades, é aumentar a segurança nas rodovias e evitar colisões frontais. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), os veículos podem ser avistados a cerca de três quilômetros com as luzes baixas acesas. Anteriormente, caminhões, ônibus e motocicletas já eram obrigados a seguir a regra.

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) descreve rodovias como vias pavimentadas em trechos rurais, ou seja, fora de áreas urbanas; e estradas são as vias rurais não pavimentadas.

No primeiro mês em que a lei esteve em vigor, 124,1 mil multas foram aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), ou seja, média de 127 multas por hora. No Paraná foram 12.976 multas.

21 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

Aprensão quanto à prisão de Eduardo Cunha

Vestindo terno cinza e camisa social sem gravata, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) chegou ontem, por volta das 10 horas, no Instituto Médico Legal (IML) de Curitiba para fazer o exame de corpo de delito. No breve contato com os jornalistas, o peemedebista limitou-se a dizer que a decisão do juiz Sérgio Moro de mandar prendê-lo foi “absurda”. Cunha passou a noite em uma cela de 12 metros quadrados na Superintendência da Polícia Federal (PF). Ao contrário do que se esperava, durante a chegada do ex-deputado ao IML não houve grande manifestação popular. Poucas pessoas se arriscavam a algumas palavras de protesto do tipo “Tchau querido” ou “Entrega todo mundo”. É certo que a prisão daquele que até meses atrás era um dos políticos mais importantes do País causou apreensão em Brasília. Se antes da prisão, muitos não acreditavam que o peemedebista recorreria a um acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal, agora o risco está sendo considerado. Políticos aliados a Michel Temer (PMDB) disseram não acreditar que Cunha tenha elementos para comprometer o presidente da República, mas há preocupação com retaliações por parte do político carioca. O ex-parlamentar perdeu o foro privilegiado depois que teve o seu mandato cassado, por isso o seu processo foi parar nas mãos de Moro. No pedido de prisão feito contra Cunha, a força-tarefa da Lava Jato justificou que ele ainda mantém influência nos seus correligionários. Cunha entrou na vida pública em 1991, por sugestão do então tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor, Paulo Cesar Farias. Ele foi nomeado para a presidência da Telerj e acabou exonerado depois de vir à tona um esquema de corrupção na estatal do Rio de Janeiro. Para os procuradores, Cunha teria dedicado toda a sua vida pública a “obter vantagens indevidas com a finalidade de possibilitar uma vida de gastos vultosos” para si e sua família. O patrimônio dele seria 53 vezes maior do que o declarado. É justamente essa a questão que leva a classe política brasileira ao descrédito. Para muitos homens públicos, obter vantagens indevidas é o sentido do cargo que ocupam, quando na verdade, os representantes do povo deveriam usar o seu mandato para servir ao País e à população.

21 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

'Trata-se de decisão absurda', diz Cunha sobre prisão

Preso na carceragem da PF em Curitiba, ex-presidente da Câmara dos Deputados é vizinho de Antonio Palocci e não deve receber visita da mulher Claudia Cruz

Brasília - O ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB-RJ) deixou a carceragem da Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba, na manhã dessa quinta-feira (20), para fazer o exame de corpo de delito. O procedimento é padrão, e foi feito no Instituto Médico Legal (IML) da capital paranaense. Ele foi escoltado por policiais federais, sem algemas. Na entrada, por volta das 10h, deu apenas "bom dia" ao batalhão de repórteres que o esperava. Alguns curiosos espiavam em prédios vizinhos e das janelas do próprio IML. "Trata-se de uma decisão absurda, sem nenhuma motivação e utilizando-se dos argumentos de uma ação cautelar extinta pelo Supremo Tribunal Federal. A referida ação cautelar do Supremo, que pedia minha prisão preventiva, foi extinta e o juiz, nos fundamentos da decretação de prisão, utiliza os fundamentos dessa ação cautelar, bem como de fatos atinentes a outros inquéritos que não estão sob sua jurisdição, não sendo ele juiz competente para deliberar", afirmou Cunha.

Na saída, algumas pessoas gritaram "tchau, querido" e sugeriram que ele "entregue todo mundo". Após o exame, Cunha retornou para a Superintendência da PF. Segundo a PF, Cunha está em uma cela individual, separada dos demais presos da Operação Lava Jato. A corporação informou ainda que não há previsão de tomada de depoimento do ex-presidente da Câmara dos Deputados.

Cunha foi preso quarta-feira (19), em Brasília, pela Polícia Federal, depois que o juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância, emitiu a ordem de prisão preventiva. A prisão foi decretada na ação penal em que o deputado cassado é acusado de receber R\$ 5 milhões, que foram depositados em contas não declaradas, na Suíça. O valor seria oriundo de vantagens indevidas, obtidas com a compra de um campo de petróleo pela Petrobras em Benin, na África, segundo a PF.

VISITAS

Eduardo Cunha não irá receber tão logo a visita da mulher Claudia Cruz e dos filhos. Segundo o advogado Marlus Arns, o próprio Cunha considerava um desgaste desnecessário a presença de parentes na carceragem da superintendência da Polícia Federal do Paraná, em Curitiba. Ontem houve protestos em frente à sede da PF e advogados de Cunha foram hostilizados. "Os ânimos estão muito exaltados na sociedade", diz Arns.

Claudia, que também é ré na Lava Jato sob suspeita de se beneficiar de dinheiro de corrupção, falou na quarta (19) com o advogado Pierpaolo Bottini, que a aconselhou a não ir para Curitiba no momento.

As visitas na superintendência acontecem às quartas-feiras, mas em casos excepcionais já houve permissão para a entrada de parentes em outros dias.

A defesa deve entrar com pedido de habeas corpus para a soltura do ex-deputado, segundo Arns.

CONTINUA

21 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

PRIMEIRA NOITE

Cunha está sozinho numa cela vizinha à do ex-ministro Antonio Palocci. Um de seus primeiros pedidos aos advogados foi uma cópia do processo de prisão. Ele está estudando ponto a ponto as alegações do Ministério Público, fazendo anotações e sublinhando os trechos que considera mais frágeis. Segundo Arns, Cunha permanece calmo. Os relatos na carceragem são de que o ex-deputado mantém uma postura quase impassível: não sua, não treme e não demonstra nervosismo. O ex-parlamentar não fez nenhum pedido especial de alimentação, e comeu a mesma refeição servida aos outros presos: arroz, feijão e frango. Na carceragem, ele ainda tem direito a duas horas de banho de sol por dia.

A rotina do ex-deputado tem se resumido, nessas primeiras horas de cárcere, a reuniões com advogados. Na quarta (19), Cunha se reuniu na PF com cinco advogados de quatro bancas que fazem a defesa dele nos processos da Lava Jato. Nessa quinta (20), passou a manhã reunido com outros três defensores.

21 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

OAB repudia

A OAB do Paraná repudiou, em nota emitida nessa quinta-feira (20), os insultos a advogados do ex-deputado Eduardo Cunha, preso na Operação Lava Jato. Um grupo de defensores, liderado pelo advogado Ticiano Figueiredo, foi xingado por manifestantes que comemoravam a prisão de Cunha, na saída da Polícia Federal em Curitiba, na quarta (19). Enquanto eram abordados pela imprensa, os advogados foram cercados por um grupo pequeno de pessoas que, com celulares na mão, passaram a filmar a cena. "Bandido, vagabundo, safado. Ganha honorários de propina", gritavam. "Veio no avião dele, cachorro?". Um dos advogados ainda teve o carro atingido por pedras e paus, segundo o escritório de Marlus Arns de Oliveira.

Deferido

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná acatou recurso do prefeito eleito de São Pedro do Iguaçu (Oeste), Francisco Dantas de Souza Neto (PSD), o Chiquinho, deferindo o pedido de registro de candidatura, na 148ª Zona Eleitoral, em Toledo. Para o relator, juiz Ivo Faccenda, "a existência de decisão judicial que suspende os efeitos de ato da Câmara de Vereadores desaprovando as contas do gestor público é suficiente para afastar a causa de inelegibilidade". Souza Neto foi eleito prefeito de São Pedro do Iguaçu com 2.684 votos contra 1.745 votos de Jaci Danelli (PMDB).

MAZZA

Cunha

Preso, mas inconformado com os fundamentos da preventiva, Eduardo Cunha confessa em Curitiba que se valerá de densa argumentação no ajuste de contas com a Justiça e o juiz Sérgio Moro. Ainda que minado pela cassação, confia em sua capacidade de resistência revelada no mais longo processo da vida parlamentar brasileira e na deflagração do impeachment. O seu enquadramento em parte derruba a visão de seletividade voltada ao PT, o que também é referência em desdobramentos da Lava Jato que pega o time do PSDB e PMDB.

21 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

Janot acusa Collor por 30 crimes de corrupção

Mateus Coutinho,
Julia Affonso e
Beatriz Bulla
Agência Estado

São Paulo e Brasília - O ex-presidente Fernando Collor de Melo (PTB-AL) é acusado pela Procuradoria-Geral da República de ter recebido ao menos R\$ 29 milhões em propinas entre 2010 e 2014 referentes a dois contratos da BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras que, segundo revelaram as investigações da Lava Jato, também teria sido palco de um esquema de corrupção e loteamento de cargos políticos de maneira similar ao que ocorreu na estatal petrolífera. A acusação faz parte da denúncia contra o senador que foi oferecida ao Supremo em agosto de 2015, e aditada em março deste ano, e estava sob sigilo até agora.

O ministro Teori Zavascki, relator da Lava Jato na Corte, levantou o segredo dos autos. Segundo a acusação, as propinas estariam relacionadas a um contrato da BR de troca de bandeira de postos de combustível com a empresa Derivados do Brasil (DVBR), e a um contrato de construção de bases de distribuição de combus-

tíveis firmados entre a BR Distribuidora e a UTC Engenharia.

A denúncia, de 18 de agosto de 2015, subscrita pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, informa a existência de uma "organização criminosa relacionada à BR Distribuidora, voltada principalmente ao desvio de recursos públicos em proveito particular, à corrupção de agentes públicos e à lavagem de dinheiro". Isso teria ocorrido devido a influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) sobre a empresa, diz a Procuradoria.

Além da condenação criminal, o procurador-geral pede a decretação da perda da função pública para os detentores de cargo ou emprego público ou mandato eletivo, principalmente por terem agido com violação de seus deveres para com o Poder Público e a sociedade. A Procuradoria pede ainda a reparação dos danos materiais e morais supostamente causados pelas condutas dos denunciados, no valor de R\$ 154,75 milhões; e a decretação da perda, em favor da União, dos bens e valores objeto da lavagem de dinheiro, judicialmente apreendidos ou sequestrados, no valor de R\$ 30,9 milhões.

Promotoria denuncia 21 por tragédia

Adriano Boaventura
e José Marques
Folhapress

Belo Horizonte - Às vésperas do primeiro ano da tragédia de Mariana (MG), o Ministério Público Federal denunciou nesta quinta-feira (20) 21 pessoas da Samarco e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, por homicídio com dolo eventual por causa do rompimento da barragem de Fundão, que deixou 19 mortos.

Eles são acusados pelos crimes de inundação, desabamento e lesões corporais graves e crimes ambientais. A Procuradoria também denunciou um engenheiro da consultoria VogBR e a empresa por apresentar laudo falso. A Vale, BHP Billiton e Samarco também foram condenadas por crime ambiental.

A denúncia abrange os trabalhos da Polícia Federal e da Polícia Civil de Minas Gerais, iniciados após a ruptura do reservatório, em 5 de novembro do ano passado. Em fevereiro, a Polícia Civil havia indiciado seis executivos da Samarco, e um engenheiro da consultoria VogBR por homicídio com dolo eventual.

A Vale informou que adotará "firmemente as medidas cabíveis perante o Poder Judiciário para comprovar sua inocência e de seus executivos e empregados".

21 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro critica Lei do Abuso de Autoridade

O juiz federal Sérgio Moro criticou ontem (20) o projeto que altera o texto da Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965). Durante uma palestra no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), Moro considerou que a proposta é um "atentado à independência da magistratura". Segundo Moro, é preciso criar salvaguardas para deixar claro que a norma não pode punir juízes pela forma como interpretam as leis em suas decisões. "Do contrário, vai ser um atentado à independência da magistratura", disse o juiz. ●



21 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Ministro nega pedido para anular impeachment

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki negou ontem (20) liminar protocolada pela defesa da ex-presidente Dilma Rousseff para anular a decisão final sobre o impeachment, definida pelo Senado em agosto. No recurso, a defesa de Dilma alegou que não houve motivo legal para o afastamento e que houve cerceamen-

to de defesa em várias fases do processo.

Na decisão, o ministro disse que não ficou demonstrado, na decisão dos senadores que aprovaram o afastamento definitivo, nenhum "risco às instituições republicanas, ao Estado Democrático de Direito ou à ordem constitucional" que justifique a intervenção do Supremo. ■

Advogados hostilizados

A seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) veio a público nesta quinta-feira (20) para repudiar as hostilizações sofridas contra cinco advogados que representam o ex-deputado federal cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Os juristas estavam saindo da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, na quarta-feira (19), quando foram abordados por um grupo que protestava em frente ao prédio.

Encontro com deputados

O juiz federal Sergio Moro, da 13ª Vara Federal, responsável pelas ações da Lava Jato em primeira instância, e o procurador do Ministério Público Federal (MPF), Deltan Dallagnol, vão participar na segunda-feira (24) de uma audiência pública aqui em Curitiba para debater as Dez Medidas Contra a Corrupção, projeto que está na pauta na Câmara dos Deputados.

MP quer que médica Virgínia vá a júri popular

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) pediu à Justiça que a médica Virgínia Soares de Souza seja levada a júri popular. Ela e outras cinco pessoas respondem por sete mortes que ocorreram na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Evangélico, em Curitiba. Todos trabalhavam no local. Segundo a acusação, eles adiantaram as mortes para liberar leitos na UTI.

O pedido consta nas alegações finais do MP-PR, no processo a que os acusados respondem na Justiça. No mesmo documento, os promotores pediram que um enfermeiro e um fisioterapeuta, inicialmente denunciados, não sejam julgados, pois não há provas suficientes contra eles. ■

21 OUT 2016

TRIBUNA DO PARANÁ NA JUSTIÇA

Atlético vence novo round na disputa com a Fomento Paraná pelos valores da obra da Arena

Da Redação

A execução financeira contra o Atlético por conta do pagamento da reforma da Arena da Baixada foi suspensa na quarta-feira, através de embargos à execução na 4ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, feita pelo juiz Guilherme de Paula Rezende.

O governo do Paraná cobra R\$ 226.149.669,81 do Furacão, quantia oriunda de empréstimos realizados para as obras do estádio, mas o magistrado levou em consideração para a decisão o ponto central da discussão: o valor do estádio e quanto cada parte deve pagar pelo acordo

tripartite. Ou seja, enquanto não se definir em definitivo o custo da reforma da Arena e como os gastos serão divididos, o Rubro-Negro não pode ser executado pelo poder público.

O Atlético entende, desde o início, que a divisão com prefeitura e estado leve em conta a cifra de R\$ 354 milhões e não somente o orçamento original, de R\$ 184 milhões. O Estado até sinalizou positivamente, mas a Prefeitura de Curitiba também envolvida no custeio do estádio por meio do potencial construtivo (título virtual que permite a construção de imóveis com metragem acima do previsto por lei) não aprovou.

“No caso em espécie, a suspensão da execução se justifica no vultoso valor do alegado débito, correspondente a mais de duzentos milhões de reais em julho/2015. Ademais, sustenta o embargante ter havido prévia composição quanto à divisão equitativa dos custos relativos às obras no Estádio Joaquim Américo para a Copa 2014, ajuste esse

supostamente passado entre ele, Estado do Paraná e Município de Curitiba (...). Caso acolhida tal tese, excesso de execução restaria evidenciado. Daí a justificativa para ativa se suspender o curso da execução, evitando-se, ao menos por ora, a prática de atos de expropriação”, avaliou o magistrado.

A penhora da Arena segue como garantia de pagamento, conforme a mesma sentença. O juiz diz que o estádio traz segurança à causa, “pois vê-se que o bem foi avaliado em R\$ 634.950.000,00 (seiscentos e trinta e quatro milhões, noventa e cinquenta mil reais), em agosto/2016. Garantida, portanto, a execução”.

Procurado pela reportagem, o advogado do Atlético, Luiz Fernando Pereira, não quis se manifestar sobre o processo, mas confirmou que seguem as conversas para um acordo com o poder público. A Fomento Paraná, órgão estadual responsável pela cobrança ao clube, não quis comentar.

21 OUT 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

NOVOS COLÉGIOS ELEITORAIS

A Justiça Eleitoral vai anunciar hoje os novos locais de votação que deverão substituir os colégios estaduais ocupados por estudantes em Curitiba. Nas três cidades do Paraná em que há segundo turno a decisão dos juízes foi de substituir os locais, para evitar problemas no dia da votação. Em Curitiba, os novos locais serão anunciados pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Luiz Fernando Tomazi Keppen em entrevista coletiva. O tribunal também deve informar detalhes do plano montado para garantir que todos os eleitores encontrem seu local de votação no próximo dia 30. Em Maringá e Ponta Grossa, onde também há segundo turno, os juízes também já anunciaram que mudaram os locais de votação, mas a lista de novos locais ainda não foi liberada.

JUIZ NEGOU

O juiz Jederson Suzin, da 174.ª Zona Eleitoral, negou pedido da campanha de Ney Leprevost (PSD) para que fosse apreendido o material intitulado "Jornal da Verdade", que faz críticas ao candidato do PSD. Produzido pela campanha de Rafael Greca (PMN), o jornal faz críticas à formação universitária e à presença do PCdoB na chapa do adversário. Para o magistrado, o material não apresenta ilicitudes e representa a "crítica legítima e normal do embate eleitoral". Em nota, a assessoria de Leprevost afirmou que o adversário "vem descendo o nível da campanha". "Inconformado com a grande rejeição da população e a certeza de que o curitibano tem preterido seu nome em favor de Ney Leprevost, tem apelado para ações que só eram realizadas na velha política, a do coronelismo, sem dignidade, sem respeito", diz o texto.

PRISÃO

O juiz Sérgio Moro decidiu manter o empreiteiro José Adelmário Pinheiro, o Léo Pinheiro, da OAS, na carceragem da Polícia Federal em Curitiba. Moro acolheu pedido dos advogados de Léo Pinheiro e alertou para o 'potencial' e para a 'extensão' das informações que ele poderá revelar em um eventual acordo de colaboração premiada. O empreiteiro está preso na PF desde setembro. Na carceragem federal estão outros réus da Lava Jato, como o empreiteiro Marcelo Bahia Odebrecht, o doleiro Alberto Youssef e o ex-ministro Antonio Palocci Filho.

ALERTA

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia, afirmou ontem que o Brasil caminha para ter sua 100ª emenda à Constituição, o que não é bom. "Vamos para a 100ª emenda. Não é a melhor coisa do mundo, mas pelo menos mudam a Constituição para ter outra norma, em vez de simplesmente descumprir", afirmou. A ministra não foi explícita em sua referência. Segundo o website do Palácio do Planalto, atualmente existem 93 emendas à Constituição.

Atualmente, o projeto mais comentado é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, a chamada PEC do Teto, que zera o crescimento real dos gastos federais por até 20 anos. O projeto já foi aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Deputados.

21 OUT 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

JUSTIÇA

MANDA MULTAR

Motorista que
for flagrado
trafegando em
rodovia com farol
baixo apagado
vai ser autuado

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), que atende ao Distrito Federal e outros 13 estados do Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, liberou a cobrança de multa aos motoristas de carro que trafegarem por rodovias com o farol baixo apagado. A decisão foi proferida pelo desembargador federal Carlos Moreira Alves. A lei inicial, que entrou em vigor em 8 de julho deste ano, havia sido suspensa por decisão da Justiça Federal de Brasília em 2 de setembro, após ação civil da Associação Nacional de Proteção Mútua aos Proprietários de Veículos Automotores (ADPVAT). A entidade propôs a interrupção na aplicação das penalidades por falta de sinalização nas rodovias, o que poderia confundir os motoristas. A multa para o descumprimento dessa regra é R\$ 83,15, com a perda de quatro pontos na Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

No entanto, o desembargador declarou que isso não impede que multas sejam infligidas "nas rodovias que possuem sinalização e que as indiquem como tais como as sinalizadas com placas características de identificação de se tratar de rodovia". Sendo assim, as penalidades não poderão ser aplicadas em vias que não tiverem placas de indicação adequadas.

A finalidade da lei, segundo o Ministério das Cidades, é aumentar a segurança nas rodovias e evitar colisões frontais. Segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), os veículos podem ser avistados a cerca de três quilômetros com as luzes baixas acesas. Anteriormente, caminhões, ônibus e motocicletas já eram obrigados a seguir a regra. O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) descreve rodovias como vias pavimentadas em trechos rurais, fora de áreas urbanas; e estradas são as vias rurais não pavimentadas.

No primeiro mês em que a lei esteve em vigor, 124,1 mil multas foram aplicadas pela PRF, ou seja, média de 127 multas por hora. Goiás foi o Estado recordista de penalidades, com 14.683, à frente do Paraná, com 12.976, e Minas Gerais, com 12.660. Apenas em São Paulo foram 17.239 autuações e arrecadação de R\$ 1,46 milhões.

21 OUT 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

"BOM DIA!"

Cunha passou por exame no IML e cumprimentou funcionários; Moro expôs motivos da prisão

Estadão Conteúdo

O ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) chegou ao Instituto Médico-Legal de Curitiba por volta das 10h de ontem. O peemedebista foi preso pela Polícia Federal na tarde de anteontem por ordem do juiz federal Sérgio Moro. Eduardo Cunha entrou no IML escoltado por policiais federais e fez exames. O peemedebista disse "bom dia" ao entrar ao chegar ao Instituto.

O ex-deputado passou a primeira noite preso na Superintendência da Polícia Federal, na capital paranaense. Cunha foi capturado preventivamente perto do prédio dele, na Asa Sul, em

Brasília. O magistrado acolheu os argumentos da força-tarefa da Procuradoria da República de que Eduardo Cunha em liberdade representa um "risco para a instrução do processo e para a ordem pública".

MOTIVOS

Ao mandar prender o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), o juiz federal Sérgio Moro afirma que já havia razões para que o Supremo Tribunal Federal (STF) decretasse a prisão preventiva do então parlamentar "por riscos às investigações". O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, chegou a requerer a prisão do então parlamentar, em junho deste ano, mas, com a cassação de seu mandato, o pedido foi arquivado pela Corte.

"Já havia, é certo, razões para a decretação da preventiva quando do requerimento do afastamento cautelar e nem todos os riscos estavam associados ao exercício do mandato parlamentar", escreve o magistrado. Cunha foi cassado em 12 de setembro pelo plenário da Câmara

por quebra de decoro parlamentar. Sem mandato, o peemedebista perdeu o benefício do foro privilegiado perante o STF.

FLAGRANTE

Para Moro, porém, o pedido só não foi aceito anteriormente porque Cunha só poderia ser preso de forma provisória caso houvesse um flagrante. "Apesar de existirem causas para a preventiva, naquele momento, o então parlamentar estava protegido pelo estatuto normativo especial do parlamentar federal, que proíbe a prisão cautelar do parlamentar federal salvo em casos de flagrante delito por crime inafiançável", justifica o magistrado.

O ex-deputado é acusado de manter contas secretas na Suíça abastecidas por propina. A prisão de Cunha foi decretada por Moro a pedido da força-tarefa da Lava Jato, em Curitiba, que usou como fundamento o pedido anteriormente feito por Janot ao STF e acrescentou justificativas para convencer o juiz responsável pela Operação Lava Jato na primeira instância.

Bem justificado

Segundo os procuradores da República, "além da ação penal referente a propinas pagas pela compra do campo de Benin, no momento que teve seu mandato cassado, Eduardo Cunha já respondia a outro processo no Supremo Tribunal Federal por corrupção e lavagem de dinheiro em fatos relacionados à aquisição de navios-sonda da Petrobras".

A força-tarefa destaca que o ex-parlamentar federal "figura em diversas outras investigações relacionadas a crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, o que indica que a sua liberdade constitui risco à ordem pública, tendo em vista a reiteração delitiva num contexto de corrupção sistêmica".

Os procuradores da República em Curitiba sustentaram ainda que a liberdade do ex-parlamentar "representava risco à instrução do processo, à ordem pública, como também a possibilidade concreta de fuga em virtude da disponibilidade de recursos ocultos no exterior, além da dupla nacionalidade (Cunha tem cidadania italiana)".

Em sua decisão, Moro cita o risco de fuga ao abordar o sequestro de valores do deputado cassado. "(A prisão) impedirá ou dificultará novas condutas de ocultação e dissimulação do produto do crime." (EC)

21 OUT 2016

BEMPARANÁ

Faz de conta

O juiz Sérgio Moro afirmou ontem em palestra no Tribunal de Justiça, em Curitiba, que há um quadro de “corrupção sistêmica” no Brasil, e defendeu, nesses casos, a “aplicação vigorosa da lei”. “Nossos processos não podem ser um faz de conta”, defendeu o magistrado, que comanda o julgamento das ações da operação Lava Jato. Um dia após a prisão do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), Moro defendeu as prisões preventivas da Lava Jato, alegando que elas são necessárias especialmente em casos de prática “serial, profissional e reiterada” de crimes contra a administração pública. “Quando a regra do jogo é a corrupção, não admitir o risco de reiteração criminosa me parece incorreto”, afirmou.



Encruzilhada

Moro disse ainda que o Brasil está em uma “encruzilhada” no combate à corrupção, e incentivou os juízes presentes a terem consciência de seu papel. “Que tenhamos sensibilidade para as necessidades do contexto. E isso significa, a meu ver, uma aplicação rigorosa da lei em relação à corrupção sistêmica”, disse ele, criticando o excesso de recursos da Justiça brasileira, que segundo ele, teria feito com que “muitos casos relevantes se transformassem em pó”.

21 OUT 2016

Jornal O Sul/Porto Alegre - Colunistas Flávio Pereira

Sérgio Moro diz que corrupção afasta investidores e ameaça à democracia

Juiz Sérgio Moro falou ontem a desembargadores e juízes do Paraná

O juiz titular da 13a- Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, lembrou ontem casos notórios de operações internacionais de combate à corrupção, como a que foi liderada pelo presidente norte-americano Theodore Roosevelt, no início do século 20. Também citou a Operação Mãos Limpas, na Itália, na década de 1990, que investigou cerca de cinco mil pessoas, entre empresários e políticos, efetivando mais de 800 prisões por crimes de corrupção em três anos.

Moro lembrou que a Lava-Jato começou pequena e foi crescendo a partir de investigações, até chegar ao esquema considerado “corrupção sistêmica na Petrobras”, que representa em perdas ao Brasil um valor aproximado de R\$ 6 bilhões. “Isso sem falar nas perdas indiretas, como o afastamento de possíveis investidores e a ameaça à democracia, uma vez que gera descrédito popular na lei”, comentou Moro.

Moro falou aos magistrados da Justiça Estadual do Paraná, recebendo as boas vindas do presidente do Tribunal de Justiça paranaense, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos. Ao final, Sérgio Moro fez uma referência às competências do Judiciário comentando que “acho importante essa troca de experiência entre os magistrados de diferentes instâncias. O Judiciário Estadual e o Federal podem parecer mundos diferentes, mas somos todos magistrados e o intercâmbio é válido”.